

A CRIAÇÃO DE UM MITO¹

Maria de Lourdes Lauande Lacroix

Prof. Ms. do Departamento de História e Geografia da UEMA

Resumo: Estudo sobre o mito de fundação da cidade de São Luís. Analisa como, no início do século XX, as elites ludovicenses reinterpretaram a chegada da expedição de La Ravardière em 1612, estabelecendo a missa de 8 de setembro como marco fundador e modificando a interpretação da fundação portuguesa, corrente entre cronistas e historiadores. Relaciona a criação do mito francês à definição da identidade regional e acompanha a trajetória descontínua das comemorações até a tentativa atual de afirmação nas malhas da propaganda turística.

Palavras-Chave: São Luís: mito de fundação; Historiografia maranhense

Abstract: Study upon the foundation of the city of São Luis. Analyze how, in the beginning of the XXth century, the “ludovicence” elite effectuate a new reading or the arrival of the La Ravardière’s expedition, in 1612, using the Mass of september, 8th as foundation landmark, and modifying the interpretation of the portuguese foundation usual between the chroniclers and historians. Associate the criation of the french’s myth of the definition of a regional identity and go along with the discontinued course for the commemorations till the atual attempt of affirmation in the mesh of the tourism publicity.

Key-words: São Luis: foundation myth , “marahense” historiography.

¹ Artigo publicado na 2^a edição de *A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos*, de minha autoria (São Luís, Lithograf, 2002), com posterior revisão e ampliação.

“O passado é uma referência à meditação, jamais um compromisso de repetição.”

Mário de Andrade

INTRODUÇÃO

Vários foram os momentos em que o Brasil procurou constituir sua identidade. No despontar da República, quando novos grupos políticos emergiam, ambientes e contextos sociais se transformavam, verificou-se a busca de novos instrumentos, sustentáculos de uma identidade nacional e regional. O Maranhão, transformada sua forma de governo, necessitava de outros métodos políticos, rituais, símbolos oficiais, bandeira, hino, datas festivas, dentre outras ações expressivas de suas peculiaridades e coesão social. O Estado, palco maior dessas atividades, não vivia seus melhores dias. Pedro Nunes Leal, em maio de 1897, escrevia:

A primazia nas letras, conquistada para este recanto das terras brasileiras, pelos maiores vultos da literatura nacional, si empallidece e obumbra-se, n'este ultimo quartel do século, parecendo viver apenas das recordações e da fama d'aquelles que sublimaram suas épocas e o transcurso da fulgurosa existencia, nem por isso extinguiu-se e apagou de vez: como todos os phenomenos da natureza, tem o entendimento os seus brilhos e os seus estadios de repouso e descanço. (LEAL, In. AMARAL, 1896)

Foi angustiante o reconhecimento de um declínio econômico do “*celleiro abundantíssimo de todo o norte do paiz*”; do esmaecer político de uma sociedade que “*conquistou a palma dominando, pelos seus estadistas, o movimentoso scenario*”; da decadência das artes de uma região que “*equiparou-se as outras circumscripções*”; e da descensão nas ciências e nas letras onde tantos nomes “*deram existencia e luzimento à litteratura nacional, ganhando na liça do entendimento as glorias imorredouras da fama, que não fenecem com a geração que teve a dita do seu convívio delles*” (Leal, In. AMARAL, 1896).

A ruptura da continuidade gera vácuos muitas vezes preenchidos por tradições inventadas por instituições governamentais ou por grupos de intelectuais, sempre tendentes a incentivar o sentido coletivo de superioridade das elites.

A elite maranhense, influenciada pelas idéias e práticas francesas sopradas durante todo o século XIX, edificava seus “*tempos de glória*”, delineando uma identidade assentada no orgulho de ser superior e singular, com ênfase ao traço cultural literário. Aconteceu em São Luís a invenção de tradições, fenômeno comum na última década do século XIX e mais acentuadamente nas primeiras décadas do século XX. No bojo do discurso laudatório, constituindo a comunidade maranhense

como a mais erudita, elegante, gentil e hospitaleira, surgiu a construção de uma outra distinção: a da fundação de sua capital pelos franceses. Aquele momento de rápidas transformações sociais exigiu dispositivos confirmatórios de uma identidade e coesão social. Os métodos do recém-instalado governo republicano incluíam feriados, cerimônias e heróis. No Maranhão, La Ravardière, fidalgo francês, tornado novo herói, passou a fundador da cidade, sendo subtraída de Jerônimo de Albuquerque, o valente mestiço de português com índia, a honra da fundação da “*Atenas do Brasil*”.

ANTECEDENTES

Cronistas e historiadores do Maranhão, dos séculos XVII, XVIII e XIX, consideraram os franceses invasores, pouca importância deram à sua ação entre 1612 e 1615 e não tiveram dúvidas em atribuir a fundação de São Luís aos lusitanos.

Os cronistas, agentes militares ou religiosos a serviço das colônias, deixaram subsídios valiosos para a recuperação da história do Maranhão, entre os séculos XVII e XVIII. Muitas obras, baseadas na narrativa de Abbeville, registram a passagem francesa, como presença ilegítima, em razão da ação de “piratas” e “invasores”. A primeira crônica está contida na *Jornada do Maranhão*, de presumida autoria do português Diogo de Campos Moreno, descrição minuciosa da expulsão daquele adversário. Em 1624, Simão Estácio da Silveira deu suas impressões: “*Estes franceses... que vinham a estas barras de suas pilhagens, e tinham aqui uma ladroeira onde espalmavam e breavam com a almécega da terra, que também como o breu serve.*” João Felipe Bettendorff (1627-1698), jesuíta alemão, registrou acontecimentos desde os primórdios até 1698 e considerou “*injusta a agressão com que a França acometia o Maranhão.*” José de Moraes, no capítulo VI da *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará* classifica os franceses como “*um tão prejudicial e usurpador dos domínios de Portugal*”. Frei Francisco de N. S. dos Prazeres, em *Poranduba Maranhense*, afirmou: “*Jerônimo de Albuquerque fundou logo junto à fortaleza de São-Luiz uma cidade...*”

Bernardo Pereira de Berredo (16..-1748), em seus *Annaes Históricos*, assim reportou-se à fundação da cidade de São Luís: “*Logo que o General Alexandre de Moura sahio da bahia do Maranhão, applicou Jeronymo de Albuquerque o principal cuidado à útil fundação de uma Cidade naquelle mesmo sítio...*” Gaioso, referindo-se à reintegração do Maranhão pelos portugueses classifica os franceses como intrusos dominadores e, sobre a fundação da cidade, afirma: “*Livre o Maranhão n’aquelle dia de toda a sugeição francesa, applicou Jerônimo de Albuquerque todo o seu*

cuidado na fundação de huma cidade n'aquelle mesmo sítio; dentro de pouco tempo adiantou consideravelmente a povoação.” Até 1896, nenhum jornal ou outra qualquer publicação destacou o 8 de Setembro como data memorável pela fundação de São Luís. Não existe um verbete *França Equinocial* nem outra referência à origem francesa de São Luís no *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, de César Marques, estudioso bastante conhecido. César Marques, como todos os seus antecessores, reafirmou a fundação da cidade de São Luís pelos portugueses, quando assim se expressa:

Jerônimo de Albuquerque, inteiramente senhor de suas ações e livre dos cuidados inerentes à guerra, aplicou-se à fundação da cidade, hoje de São Luís, como lhe fora recomendado pela Côrte de Madrid.

Dentro de pouco tempo por seu zelo e atividade pôde adiantar tanto a povoação “que reduzida a regular forma de república, na frase de Berredo, debaixo da proteção soberana de Maria Santíssima com o augusto título de Vitória, que já lhe tinha decretado no feliz lugar de Guaxenduba, lhe declarou à invocação de São Luís.”(MARQUES, 1970: 445)

Convém grifar que o nome da cidade invoca o querido santo francês Luís IX, canonizado muito antes do descobrimento do Brasil, muito reverenciado pelos fiéis portugueses e não, uma homenagem prestada a Luís XIII, como erroneamente atribuem alguns. Conforme Olavo Correia Lima, “*Houve portanto, evidente sublimação onomástica, satisfazendo velho hábito de topônimos santificados*”(LIMA, RIGM, 1993: 85)

Informando sobre o início da organização do espaço físico da cidade, César Marques continua

Jerônimo de Albuquerque aconselhou e conseguiu que os moradores mudassem a antiga fábrica dos seus tugúrios em edifícios mais asseados, que na correspondência e boa arrumação das ruas fizessem aquela povoação, senão soberba, ao menos repartida com melhor direção e aparato.”(MARQUES, 1970: 445)

Tugúrios, habitações rústicas, choças, quase refúgios, abrigos sujos, longe de uma boa arrumação, levantados em desalinho, sem nenhuma preocupação de urbanização foi a paisagem encontrada pelos portugueses, conforme aponta o registro acima.

João Francisco Lisboa, comparando as invasões francesa e holandesa, observou que “*a franceza é apenas conhecida dos homens de letras, e, como a holandesa, não vive na memória do povo*” (LISBOA, 1901: 327). O grande jornalista não imaginou que os “*homens de letras*” se tornariam os responsáveis pela transformação da invasão em fundação. Chegou a bendizer nossa

origem lusitana, porque do contrário, “*estariamos reduzidos às tristes condições de nossos vizinhos de Cayena, obscuro presídio de degradados...*” (LEAL, In. LISBOA, 1874: 113)

Em “*Locubrações*”, publicado por Henriques Leal, em 1874, o capítulo *Tentativas Históricas* reporta-se às primeiras providências dos franceses em Upaon-Açu, e encerra: “*D’ahi estendeu-se o nome do forte a toda a cidade, que ainda hoje o conserva, cabendo à bahia o de São Marcos.*” (LEAL, 1874: 64) Se o nome foi estendido à cidade ao mesmo tempo que o de São Marcos à baía, sem dúvida a iniciativa foi portuguesa. Mas, o ludovicense necessitava de um mito fundador.

Historiadores do Brasil, por sua vez, não apresentam nenhuma interpretação diferenciada da ação dos franceses no Maranhão. Frei Vicente de Salvador (154-1636), e sua obra datada de 1627, referindo-se ao Maranhão, registrou as providências de Jerônimo de Albuquerque, antes e depois da batalha de Guaxenduba e a ordem de Francisco de Castelo Branco para “*lhe fazer despejar o Maranhão e as fortalezas que tinham na ilha de São Luís*”. Nada mais além das fortalezas. Sebastião da Rocha Pitta (1661-1738), no decorrer de suas anotações sobre o Maranhão, termina essa primeira página de sua história: “*ultimamente foi povoada por ordem do governador e capitão-geral do Brasil, Gaspar de Sousa, mandando-a restaurar por Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura do poder dos franceses... depois de a possuírem alguns anos, foram expulsos*”. Os estudiosos do século XIX também igualaram a tentativa francesa no norte com as demais investidas no litoral brasileiro, o seja, sem grandes empreendimentos. Robert Southey (1774-1843), destaca a decisão do estabelecimento de uma colônia e as primeiras providências dos franceses, a expulsão dos intrusos pelos portugueses, ocasião em que: “*Foi pois entregue o forte*”. Heinrich Handelman (1827-1891), em sua *História do Brasil*, lembrou a baía do Maranhão como praça muito freqüentada pelos contrabandistas e traficantes franceses, a feitoria fortificada de Rifault e des Vaux, a organização e chegada da empresa de La Ravardière, a reação e vitória portuguesa, porém não se reportou a qualquer obra deixada pelo gaulês na ilha do Maranhão. Varnhagen (1816-1878), em sua extensa obra sobre a história pátria, reservou uma parte para o Maranhão. Com base em Abbeville, registrou os trabalhos iniciais dos três anos, porém não se referiu ao francês fundador. Quanto à saída dos invasores, escreveu: “*No dia 3 de Novembro faz La Ravardière entrega do forte chamado por ele de São Luís, e logo pelos conquistadores de São Filipe. Os franceses que o guarneciam se embarcaram para a Europa*”. Rocha Pombo (1857-1933), lembrou o Norte como refúgio de piratas e traficantes. Descreveu os trabalhos preliminares de

estabelecimento de uma colônia francesa, assim se expressando: “*Incontestavelmente a simples pirataria e o corso nos fizeram muito maiores males que o intento de aventureiros que pretenderam fazer, em pontos do nosso litoral, os seus quinhões de conquista.*” Capistrano de Abreu (1853-1927), sobre o Maranhão, grafa toda a iniciativa francesa, a reação portuguesa e, sobre a expulsão, disse que La Ravardière recebeu uma intimação para: “*entregar a colonia e a fortaleza, com toda a artilharia e munições existentes dentro e fora dela, com todos os navios grandes e pequenos, se por todo receber indenização alguma*”. O único historiador discordante foi o francês Ferdinand Denis (1798-1890). Em seu livro *Brasil* afirma, sem nenhuma preocupação de dizer o que o levou a tanto, terem os franceses fundado uma cidade chamada São Luís. Considerou os do “partido contrário” que “*Não só difamaram a expedição, como destruíram os livros dos missionários que podiam encorajá-los*” Verdadeira auto-afirmação quanto à existência da cidade francesa em Upaon-Açu, jamais referida pelos padres. A farta alusão aos capuchinhos franceses por cronistas e historiadores invalida sua alegação do desconhecimento dos seus livros.

A ação dos franceses é bem conhecida dos historiadores, independente de serem portugueses envolvidos com a construção de um imaginário colonial vitorioso, brasileiros comprometidos com a construção de uma história nacional, ou mesmo estrangeiros fascinados com o país. Não é à toa que um historiador de talhe moderno e da envergadura de Sérgio Buarque de Holanda, em estudo intitulado *Os Franceses no Maranhão*, questione a relevante posição que alguns atribuem a La Ravardière nos “*trabalhos preparatórios para a fundação da França Equinocial*”, pois a ação dos galeses não teria ido além disto.

Sobre o traçado da cidade, não parece haver muitas dúvidas. O arquiteto Paulo Santos, conhecido estudioso das diretivas portuguesas na criação do espaço urbano colonial brasileiro refere-se de maneira taxativa ao exemplo “*de São Luís do Maranhão, fundada em 1616 sobre o reduto francês de La Ravardière, e cujo plano – que também aparece em Barlaeus e produzimos na Tábua XVIIa - , de autoria do engenheiro-mor, Francisco de Frias da Mesquita, era perfeitamente ortogonal....*”. (SANTOS, 2001:48).

A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO

O primeiro “balão de ensaio” considerando a origem gaulesa está contido no trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, de autoria de José Ribeiro do Amaral e publicado pelo Governador do Estado, Manoel Ignacio Belfort Vieira. O autor, ilustre historiador de família tradicional ludovicense, intelectual de projeção, estudioso dos assuntos maranhenses, autor de vários livros adotados nas escolas, “*operoso professor, director da Biblioteca Estadual*”, elevou La Ravardière à condição de fundador, pelo fato de ter assentado vinte e tres peças de artilharia numa *eminencia* que chamou Forte de São Luiz. Eis sua conclusão: “*Assentadas as bases de uma povoação, ia folgadoamente prosperando a nascente colonia, graças ao tino admirável dos chefes da expedição...*” (AMARAL, 1896: 2).

Não obstante tratar-se de uma “*notável Monographia*” escrita por pessoa muito conceituada, seu entendimento não foi acatado por revistas ou qualquer outra publicação, até a primeira década do século XX. Números de dezenove jornais diferentes arquivados na Biblioteca Pública “*Benedito Leite*” e que circularam em São Luís na década de 10, cotidianos das diversas linhas de atuação, política, literária, artística, esportiva, órgãos estudantis, às vezes se referiram ao 8 de setembro como a festa religiosa da Natividade de Nossa Senhora.

Em 1912, José Ribeiro do Amaral, em livro sugestivamente intitulado “*Fundação do Maranhão*”, retoma o assunto, lançando os fundamentos de sua nova interpretação fantasiosa, não mais baseado no assentamento de canhões no alto promontório. O símbolo da fundação da cidade passa a ser o momento descrito por Claude D’Abbeville em sua “*História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*” em que os religiosos plantaram e adoraram uma cruz, benzeram a Ilha ao som de cantos religiosos e tiros de artilharia, “*em sinal de regosijo*”, mesma ocasião em que Rasilly deu o nome de Forte de São Luiz à fortaleza improvisada e Porto de Santa Maria ao ancoradouro natural.

“*Este acto, que, pela magnificencia e excepcional solemnidade de que se revestiu, é considerado como o verdadeiro – auto da fundação da cidade -, foi, sucessivamente, sendo seguido de outros, complementares...*” (AMARAL, 1912: 27)

Portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses diferiam em suas cerimônias de posse ao aportarem em terras desconhecidas. Estes últimos plantavam uma cruz e, na falta de um capelão, os aventureiros cantavam ladainhas em procissão, juntamente com os nativos. Por todo o século XVI, assim procederam os piratas franceses nas costas brasileiras. O relato da viagem do navio L’Espoir, saído de Honfleur, Normandia, em junho de 1503, sob o comando do pirata Palmier

de Gonneville, chegado às costas catarinenses a 7 de janeiro de 1504, registra a feitura de “ *uma crus de madeira, alta de trinta e cinco pés ou mais, bem pintada, a qual foi plantada num outeiro com vista para o mar, em bela e devota cerimônia, tambor e trombeta soando, em dia bem escolhido, a saber, o dia de Páscoa de mil quinhentos e quatro.*” O capitão, os principais do navio, o chefe indígena Arosca, seus filhos e outros índios notáveis encabeçavam a procissão, seguidos pela tripulação armada e a população indígena “ *de todas as idades, aos quais há muito faziam festa, quietos e muito atentos ao mistério.*” Plantada a cruz, foram dados vários tiros de escopeta e artilharia, e oferecidos festim e presentes ao chefe Arosca e seus principais. Foi recomendado aos índios “ *conservar e honrar a dita cruz*”.

Aquele rito de praxe da Igreja Católica ao chegar em solo de infiéis foi aqui transformado em ato de fundação da cidade. A 29 de julho, na Ilha Pequena, cantaram o *Veni creator* na praça em que foi construída uma Cruz, saíram em procissão até a colina em que o Signo foi plantado e ao som do *Te Deum laudamus*, benzeram a Ilha, batizada por Rasilly de Sant’Ana, desfilaram com estandartes e insígnias de Cristo e adoraram o Lenho, depois de salvas de tiros dos navios. Na Ilha Grande, a primeira Missa celebrada foi a 12 de agosto, com os mesmos cânticos e pompa costumeiros. Note-se que os franceses não deram outra significação àquela cerimônia da Igreja, nem foi no 8 de Setembro o primeiro ritual a ser oficiado em Upaon Açú, como bem descreve Abbeville: “*Enquanto isso, cantavamos as litanias da Virgem Maria, como haviam feito, ao chantarmos a cruz na Ilha Pequena ou de Santa Ana*” (ABBEVILLE, 1945: 72)

O momento propício à criação de imagens de identificação na busca da definição dos traços singulares do Estado favoreceu a leitura daquele ato religioso como símbolo da fundação da cidade. Do contrário, levaria também a considerar outra “fundação” na Ilha de Sant’Ana, conforme registro do próprio frade. Em suma, toda elevação de cruz, com cânticos e desfile de clérigos e leigos com seus estandartes, corresponderia à formalidade da fundação de uma cidade. Na realidade, tratava-se da costumeira “*cerimônia de posse*”, gesto usual entre os franceses aportados no Novo Mundo.

Ribeiro do Amaral simplesmente não se reportou ao entendimento corrente nos séculos XVIII e XIX, transformou a existência de um forte em núcleo de uma cidade e considerou os franceses titulares da terra:

“... Henrique IV fez doação a um bravo capitão da religião reformada, doação de que vamos encontrar de posse a Daniel de la Touche, Sr. de la Ravardiere, pelas cartas-

patentes de julho de 1610, estendendo-se seu domínio desde o rio Amazonas até a Ilha da Trindade.

“Eram, portanto os franceses portadores de um título (cuja legalidade não é aqui ocasião de apurar) que os habilitava a tomarem posse de toda esta região.” (AMARAL, 1912: 45).

O constante elogio à ação francesa, sempre ressaltando o convívio amigável com os índios, a preocupação com a catequese, mostras dos “*elevados princípios de civilização*” norteadores da empreitada, enfim, “*a doçura do govêrno francez*”, evidenciam a convicção da superioridade francesa, idéia assimilada pela elite maranhense.

“Era, portanto, a expedição francesa uma missão toda de paz, toda no interesse da própria civilização.”

“Três annos e quatro mêzes durou a occupação franceza no Maranhão, com os mais proveitosos e reaes resultados para a civilização e para a sciencia” (sic) (AMARAL, 1912: 46-47).

O encadeamento desse raciocínio levou ao fortalecimento da construção da figura do “maranhense”, herdada da ancestralidade ilustre dos franceses gentis e fidalgos, cheios de honradez e preocupações com a cultura, ponto fundamental de distinção no contexto da colonização portuguesa.

A nova interpretação ficou ligada a um passado imemorial. A idéia da tradição francesa vai se avolumando no momento da formação republicana em que símbolos, imagens, alegorias e mitos edificadas pela elite buscam alicerçar sentimentos de coesão.

O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO, AOS 300 ANOS...

Lançada a idéia da origem francesa, o Governo do Estado e uma entidade denominada *Festa Popular do Trabalho*, promotora de exposições de produtos regionais e nacionais realizadas no Dia do Trabalho, resolveram comemorar a fundação da Capital maranhense, nascida aos 300 anos, quatro anos antes do tempo em que Jerônimo de Albuquerque a planejou através de um traçado inicial, medida que antecedeu sua constituição jurídica ocorrida em 1621.

Logo o governo nomeou uma comissão para organizar o programa dos festejos do Tri-Centenário de São Luís, constituída por Justo Ferreira Jansen, professor de Geografia do Liceu, José Ribeiro do Amaral, historiador e diretor da Biblioteca Pública e Domingos de Castro Perdigão, oficial da Secretaria do Governo e Presidente da Sociedade Festa Popular do Trabalho. O início da

foi festa aconteceu a 8 de setembro, data em que foi implantada *oficialmente a Cruz na actual Avenida Maranhense* e o encerramento da exposição, no dia 1º de novembro, *em que celebrou a incorporação dos indígenas da ilha à civilização do Ocidente pelo compromisso de obediência à França*". Pela manhã do dia 8, o corpo militar percorreu as principais ruas da cidade, finalizando na Avenida Maranhense, em que "*segundo o mappa d'aquelle tempo, foi implantada a Cruz, prestado ahi a Força continencia ao terreno*". Esta expressão "*continência ao terreno*" é usada no cerimonial dos militares como saudação à Pátria. Naquele momento não era saudado o Brasil. O Governador, seu secretariado, demais autoridades e convidados foram até o Palácio Episcopal conduzir o bispo diocesano ao presumido lugar em que foi implantada a Cruz da "*fundação da cidade pelos franceses*". Bandas de música alegravam o momento, executando o Hino Nacional, a Marselhesa e o Hino Maranhense. A uma hora da tarde, em sessão solene no Palácio do Governo, foi aberta a exposição dos produtos do Estado. A entrada dos jardins do Palácio foi transformada em "*um arco do triumpho com a bandeira nacional ao centro, ladeada pela maranhense, à esquerda, e pela franceza à direita*", conforme registrou o Diário Oficial, de 6 de setembro de 1912. Domingos Perdigão considerou a fundação de São Luís como exemplo de civilização européia dada pelos franceses "*aos valentes possuidores da terra*"...e prossegue: "*elles conseguiram mostrar aos indígenas como se principiava a edificar uma cidade*". A solenidade foi encerrada com um discurso proferido por Luís Domingues, governador do Estado:

Tres seculos marca hoje o tempo do dia em que o patriotismo dos homens, assistido da Cruz de Chrito, fundou a Cidade...". "*É que o glorioso Reino de quem temos a justissima vaidade da descendencia...*" (...) "*...para nós o dia 8 de setembro, o que vale dizer que bem inspirada foi a sociedade Festa Popular do trabalho promovendo, para commemora-lo, esta Exposição, em que, tres seculos depois, affirmamos à França sempiterna gloriosa, que somos um povo enobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas letras, pelas sciencias e pelas artes e que, vaidosos embora da descendencia dos portugueses, guardamos como gloria a fundação de nossa Capital pelos francezes.*" (Diário Oficial, 09.09.1912: 1)

Dois pontos são interessantes de observar. O primeiro é a leitura invertida de Perdigão sobre o texto de Abbeville, descritivo da maneira como os nativos ensinaram os franceses a construir suas choupanas, seguindo os caminhos já existentes. O segundo está no discurso do governador Luís Domingues, “*justíssima vaidade da descendência*”, o ponto fundamental para a criação e conservação do novo mito, transformado em história e baseado numa tradição não existente.

Aquela interpretação enviesada e recente foi aceita como tradição, festejada em cerimônia pública e pomposa na exposição de 1912, a maior já realizada. Estavam presentes “*pessoas de alta posição social*” e estrangeiros, inclusive um desconhecido escritor francês, Paul Adam, recebido como verdadeiro chefe de Estado em visita oficial. (O Imparcial, 07.09.1962, p. 2)

O engenheiro Eurico Teles de Macedo, chegado no Maranhão em 1909, vivenciando todo o entusiasmo da festa de 1912 e impressionado com “*um expressivo contraste favorável à capital maranhense...*”, chegou a atribuir aos franceses várias das heranças tipicamente lusitanas. “*Eu não tenho dúvidas de que a influência francesa foi preponderante no Maranhão, apesar de ter sido tão breve*”. (MACEDO, 2001) Um despautério.

ALTERNÂNCIAS

Essa tradição, concebida no desvio de significação de um ato religioso trivial, mantém uma continuidade bastante alternada, do esquecimento aos festejos retumbantes. Depois do “primeiro” aniversário de São Luís, um jornal de 1913 lembrou a grande festa do ano anterior e, de 1914 a 1936, nenhuma referência comemorativa àquela data foi encontrada em jornais e revistas. Aliás, havia certa reação entre os populares quanto à origem francesa da cidade. Como exemplo, transcrevemos trecho do artigo intitulado *Para Urbano Santos Ler*, publicado em maio de 1920, na revista mensal, *A Fita*, sugerindo a mudança do nome do Teatro São Luiz para Teatro Arthur Azevedo:

Mesmo porque motivos de maior monta não existem para que permaneça o nosso teatro com um apelido remoto que apenas recorda a História ser o nome do rei infante Luís XIII, da França, e dado ao forte que os franceses fundaram na ilha do Maranhão, na regencia de Maria de Médicis, e do qual resultou a origem para o nome da capital deste estado (...) Urge, Exmo. Sr. espanarmo-nos um pouco do pó da velharia.” (A Fita, maio/1920:1).

Foi acatada a sugestão e o nome do Teatro foi mudado. E nenhum ato governamental determinou o 8 de setembro como feriado. Em 1922, centenário da Independência, a Prefeitura Municipal de São Luís inaugurou o Marco Comemorativo da Fundação da Cidade. (ARAÚJO, 1946:18) Quatro anos depois publicou um Decreto, datado de 31 de dezembro de 1926, com base na Lei no. 352, de 20 de abril daquele mesmo ano, adotando um brasão ou sinete oficial para o Município. A proposta de sócios do Instituto Histórico e Geográfico foi de um escudo ao modelo francês, com três flores de lis na parte superior, representando as três naus da expedição da “França Equinocial”; cinco quinas azuis na parte inferior, lembrando a incorporação do Maranhão à América portuguesa e sete estrelas na parte central, simbolizando os sete vultos principais do movimento da Atenas brasileira, “*que singularizou a cidade numa fase da história da mentalidade brasileira*”, conforme justifica a Prefeitura Municipal de São Luís. (O IMPARCIAL, 07.09.1962). Ressalte-se a efetivação da “tradição” deliberadamente inventada e estruturada pelo Instituto Histórico em parceria com a Prefeitura Municipal de São Luís.

O ilusório da origem e a presunção da superioridade intelectual preponderaram nos discursos das autoridades, embora a incerteza pare alicerçada na inconsistência. Em 1929, os jornais do dia 8 aclamaram a festa da Natividade de Nossa Senhora, com exceção do *Alma Nova* que registrou a distribuição, por ordem do Prefeito, de uniformes escolares aos alunos pobres do município para comparecerem a uma festa onde foram distribuídos bombons. Uma das poucas vozes discordantes a essa louvação forjada foi a de Rubem Almeida em artigo publicado a 13 de setembro de 1930:

“Japy-assú que, durante 14 dias, de 30 de setembro a 13 de outubro, teve como hóspedes sagrados os Franceses invasores, suportando-lhes as mentiras, as imposições, ouvindo-se continuamente chamar de Canibais e Anthropophagos, até a conclusão daquello enganoso aparato que foi o erguimento da cruz bem no meio da praça circular cercada pela taba!”. (SÁ VALLE, 1937:106)

Nosso grande estudioso rejeitava a versão da fundação francesa, tratando-a como pura invenção, reduzindo o ato tão majestosamente tratado por Ribeiro do Amaral a mero aparato enganoso erguido em meio à taba. Não parecia perceber, contudo, que estava em curso uma transformação da interpretação comum aos historiadores do século XIX, centrada na ação dos portugueses. Rubem Almeida se apegava às referências da fundação de Nazaré, o povoamento iniciado pelos naufragos da expedição de Luís de Melo, em 1535, quando o problema era o da invenção de uma interpretação capaz de alicerçar um mito acerca das nossas origens.

A 8 de setembro de 1937, o assunto volta à baila no *Jornal do Maranhão* através do artigo *Fundação da Cidade de São Luiz*. Afirmativo do alicerce francês nas grandes realizações da cultura e do progresso dando “a grande lição das questões que empolgam a inteligência”. Em 1938, o dia passa despercebido pela imprensa e em 1939, o “Dia da Cidade” é lembrado no Rotary Club pelo Prefeito no discurso em que procura justificar medidas drásticas, porém tomadas em benefício da cidade e da população.

É mínimo o percentual de artigos publicados nas edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão sobre os primórdios da história do Maranhão e, em sua maioria, mostram certa insegurança, pouca clareza, contradições, até dúvidas sobre o feito francês na Ilha de Upaon-Açu. Uma das exceções é o trabalho de Olavo Correia Lima, intitulado *Duas Controvérsias Científicas*, claro e objetivo em discordar da fundação francesa de São Luís, classificando-o como o **mito capital**. Olavo localizou com certo acerto que a interpretação da fundação francesa da cidade não passa de um mito, mas atribui à falta de pesquisa, não percebendo a modificação operada no século XX e as circunstâncias que a motivaram.

A Revista da Academia Maranhense de Letras, por sua vez, é uma publicação com periodicidade muito irregular. Nos vinte números lançados entre 1919 e 1998, o assunto aparece apenas no volume de setembro de 1950, no discurso de recepção do grande historiador Jerônimo de Viveiros:

Deu-nos a sorte como primeiro donatário um clássico da língua portuguesa – João de Barros. O chefe da expedição francesa- Ravardièrre, que nos visita logo no primeiro século, é um estadista tão notável quanto Maurício de Nassau.” (VIVEIROS, 1950: 25)

Jerônimo de Viveiros foi precavido quando falou em visita, sem mencionar fundação, porém exagerado na comparação de La Ravardièrre a Nassau, o grande construtor do Recife. Isto demonstra a força adquirida pelo mito francês, capaz de obnubilar a arguta visão de um dos maiores expoentes da historiografia maranhense.

O conde João Maurício de Nassau Siegen, governador, capitão e almirante-general das terras conquistadas ou por conquistar pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, restaurou a economia açucareira de Pernambuco arrasada durante a invasão, vendendo com pagamento a prazo os engenhos abandonados pelos seus primitivos donos e intermediando entre mercadores holandeses e os novos proprietários, empréstimos para plantar e moerem suas canas. Criou o *Conselho dos Escabinos*, considerado por alguns, como o primeiro exemplo de uma assembléia

legislativa da história sul-americana. Como administrador, construiu pontes, canais, pavimentou grande parte da capital pernambucana, edificou palácios, dentre outros feitos. Atraiu médicos, naturalistas, poetas, professores, pintores cujas obras deixadas demonstram o apoio dado por um notável estadista. La Ravardière, pelas impossibilidades havidas naqueles três anos, não colocou uma só pedra em terras maranhenses. Talvez essa falta material, palpável, explique a incerteza, refletida na alternância entre anos de ausência e anos de festejos efusivos. O acompanhamento dos jornais nas duas primeiras semanas do mês de setembro no decorrer do século XX, confirmou essa variabilidade. Houve uma pausa até 1945. Em 8 de setembro de 1946, o jornal *O Globo* atribuiu ao 1612

o primeiro passo da nossa formação social, de nosso desenvolvimento civil. A cultura filosófica de La Ravardière deu à ocupação dos franceses um aspecto singular, porque incorporou os índios à sociedade que ele ia estabelecer.

Concordante com essa convicção, o diretor do Colégio de São Luiz promoveu festa de formatura, jogos e filme no próprio colégio. No mesmo jornal e no ano subsequente é publicado um longo artigo de Crysostomo de Sousa intitulado *A História Completa da Fundação de São Luiz e A Tarde* anuncia, a 8 de setembro de 1947, a “brilhante parada escolar, homenagem do Governo do Estado e da Prefeitura ao fundador da cidade”. Uma nota em *O Imparcial*, de 7 de setembro de 1949, avisa o comércio, a indústria e o povo em geral que não será feriado “no dia de amanhã”, ao contrário “do que se ver propalando”. Continua a nota:

Na sessão de ontem da Câmara dos Vereadores nada foi tratado sobre o dia de amanhã, o mesmo acontecendo na prefeitura da Capital, onde nenhum ato executivo foi baixado, ferindo no dia da fundação da cidade”.(O Imparcial, 07.09.1949: 8).

Enquanto isso, a “louvável iniciativa do Prefeito” de mudar o busto de La Ravardière do “hall” da Prefeitura para a Avenida D. Pedro II, remodelada e modernizada, era completada pelo Colégio de São Luiz, único estabelecimento de ensino a comemorar o aniversário da cidade e sua própria fundação, desfilando pelas principais ruas da cidade, em majestosa mostra do número de alunos impecavelmente fardados, muitas bandeiras, balizas puxando pelotões com variadas significações ao som da esmerada execução de marchas pela banda do próprio estabelecimento de ensino. O rufar dos tambores do Colégio não despertou os intelectuais nem os meios de comunicação por anos consecutivos. Somente o dia 7, da Independência foi referido e comemorado. Em 8 de setembro de 1960, o Jornal Pequeno, curto escrito bem significativo do quanto representa a manutenção desse mito, rememora a fundação:

... a nossa cidade, que La Ravardière, tão nobre quão cavalheiro fundou. Cidade que tem um pouco da alma cálida, romântica e heróica da França, eterna, berço de poesia, de liberdade e de cultura...” (Jornal Pequeno, 08.09.1960: 1)

A FESTA DOS 350 ANOS

Em 1962 foi realizada a “Semana da Fundação”, em comemoração pelos 350 anos da cidade de São Luís. O Governo do Estado, os intelectuais, outras instituições e o próprio povo careciam de festa naqueles tempos de conturbações políticas e dificuldades econômicas.

Em reportagem ao *O Imparcial*, de 7 de setembro de 1962, o Secretário de Finanças do Estado falou do grande interesse do Governador àqueles festejos “*um brilho todo especial, não só considerando a significação da data, como para aproveitar a oportunidade de um chamamento cívico ao povo maranhense.*”

Incumbiu a Academia Maranhense de Letras de constituir a Comissão Executiva dos Festejos e, embora o governo federal não tenha liberado os dez milhões de cruzeiros solicitados, o Estado destacou uma verba de 7 milhões de cruzeiros para o “*brilhantismo necessário aos festejos*”. Foi planejada uma festa “*abarcando todas as preferências*”. Oito dias de festas.

A abertura solene deu-se à zero hora do dia 1^o, na Avenida D. Pedro II, com 350 atletas em “*alvorada triunfal*”, cerimônia da entrega do fogo simbólico ao Prefeito, execução do Hino Maranhense, salvas militares e repique dos sinos de todas as igrejas de São Luís. Foi inaugurada na Praça João Lisboa uma Feira de Livros, promovida pelas livrarias da cidade e na Biblioteca Pública, uma exposição do livro maranhense. À noite, as classes produtoras ofereceram um banquete ao Governador e ao Prefeito. No dia seguinte, um desfile escolar atraiu parte da população para a Praça João Lisboa. No dia 3, às 9 horas foi plantada a “Árvore do 350^o Aniversário” na Avenida Pedro II e o Agente Consular da França no Maranhão promoveu uma exposição de livros, cartazes e fotografias, “*belas mostras representativas da civilização da França*”, cuja fita simbólica foi cortada pelo Governador à presença do alto escalão do governo e convidados especiais. O Secretário de Educação e Cultura do Estado finalizou seu discurso, dizendo:

“Agradecemos à França 350 anos de civilização, 350 anos de glória, 350 anos de história e tradição! À França, o Governo do Estado.” (*O Imparcial*, 07.09.1962: 3)

Às 20 horas aconteceu um desfile folclórico pelas principais ruas da cidade com a participação de Bumba-meu-boi, Folia do Divino Espírito Santo, fantasias típicas do carnaval

maranhense do passado, Tambor de Crioula, de Mina e Lêlê e às 21 horas, o Festival de Folclore, no Sítio Veneza, divertiu o povo com a reconstituição de uma casa- fazenda, danças folclóricas, terreiro e um arraial festivo com mostra de pratos típicos e doces populares do Maranhão.

Como culminância daquele acontecimento, no dia 5, a Biblioteca Pública promoveu o lançamento e distribuição dos livros *A França Equinocial*, de Mário Martins Meireles, e a *História das Ruas de São Luís*, de Domingos Vieira Filho.

A leitura de José Ribeiro do Amaral resultou num processo de construção desse mito de origem, ao longo do tempo, agora ratificado e absolutamente aceito com o livro *A França Equinocial*. O Forte de São Luís torna-se simplesmente São Luís, cidade fundada por franceses e que carregava desde sempre esta marca de origem. Já intitulada *Atenas Brasileira*, a cidade “veio a saber por fim a verdade sobre sua história. E, de então, mais envaidecida mostrou-se entre suas irmãs porque ela só era diferente; era filha de um fidalgo francês ...”. (MEIRELES, 1962: 136) A verdade era o mito.

Enquanto vai sendo encampada pela historiografia esta ilusão, um artigo assinado por “Teodomiro” iniciava-se da seguinte forma:

Há quem diga que a cidade tem 350 anos. Há quem diga que a cidade tem 427 anos. Há quem diga que a cidade é eterna. E a opinião geral é que estamos comemorando uma fundação à francesa. Mas isso pode constituir galicismo histórico o que é contrário ao espírito de uma terra que nunca deixou de primar pela vernaculidade de nosso falar e pela pureza de nosso sentimento de brasilidade. Não fica bem para nós esse grande pecado original. Daí ser necessário confundir colonização com fundação, misturar o depois com o antes, balburdiar tudo... não quebrar um tabu, uma quase superstição de nossa boa gente”. (JORNAL PEQUENO, 08.09.1962: 2)

Pequena nota dissonante capaz de ver como o processo de formalização e ritualização da origem da cidade é confirmada como “*fato inconteste*” pela maioria de intelectuais e políticos e mantida através da repetição de expressões caras aos conservadores de toda uma tradição “*helênica*” maranhense. Em meio à confusão, “Teodomiro” cai no erro de falar em colonização. Realmente os franceses no Maranhão tornavam-se um símbolo “necessário”. Desautorizá-los seria como “quebrar um tabu”.

Também no dia 5, o Embaixador da França foi recebido pelo Governador do Estado e todo o secretariado, pelo Comandante do 24 BC, Oficiais da Polícia Militar e pelos membros da Comissão Executiva dos Festejos da Cidade. Acompanhado de grande comitiva, o diplomata francês se fez presente às solenidades mais significativas daquele “rememorar”, tudo registrado pela *Television*

Française sob a responsabilidade de René Persin. O programa “*Atualidades Francesas*” com diversos aspectos das festividades foi exibido em alguns cinemas do país e do exterior. A programação foi encerrada pelo Governador coroando e o Secretário de Finanças colocando a faixa na Miss Centenário, no baile oferecido pelo Casino Maranhense

Os atos comemorativos do dia 6 foram iniciados com a entrega de prêmios aos cinco animais vencedores da Exposição Agropecuária, promovida pela Associação dos Criadores, na Granja Barreto e encerrados com uma palestra do professor Mário Martins Meireles, promovida pelo Rotary Club, presentes autoridades e intelectuais e um jantar de gala oferecido pelo Lions Clube de São Luís, no salão nobre do Hotel Central.

O Governo Federal também se fez presente. A Marinha mandou o contratorpedeiro *Acre* que saudou São Luís com uma salva de canhões, à zero hora do dia 8. Sua oficialidade “*abrilhantou*” a festa do Centenário e seu contingente participou da Parada Militar do dia 7, formada pelo Exército e Polícia Militar do Estado, passada em revista pelo Governador e pelo Embaixador da França. À tarde, na Avenida D. Pedro II, foi inaugurado o Obelisco comemorativo da fundação da cidade. Depois do discurso de um imortal da Academia Maranhense de Letras, o Diretor do Jornal do Comércio expressou o pensamento do Embaixador e Diretor Geral dos *Diários Associados*, no **Imparcial**, dizendo:

O sr. Assis Chateaubriand é um hábil manipulador de símbolos. Certo quis sublinhar um paralelismo, e eis-me aqui, para trazer, como operário da velha oficina do francês (Pierre Plancher), a saudação dos Diários Associados a esta ex-capital da efêmera França Equinocial.” (O IMPARCIAL, 09.09.1962:1)

Impossível não anotar a expressão “*manipulador de símbolos*”, pois era bem disto que se tratava. A festa continuou. Depois do concurso de Bandinhas, com a apresentação de “*bandas de música e flarmônicas do interior do Estado*”, o Palácio dos Leões abriu suas portas para uma recepção com entrega de medalhas comemorativas a pessoas de destaque. Às 22 horas foi oferecido aos visitantes, autoridades e alta sociedade, um baile de gala tentando reproduzir a majestade das festas de Versailles, de danças precedidas de espetáculos, com o “ballet” do Clube das Mães.

No “grande dia 8”, em diferentes bairros da cidade, a população foi despertada ao som das Bandinhas e uma *Oferenda Floral* foi promovida pelo Corpo Consular do Maranhão. Depositaram um “bouquet” de flores naturais no pedestal do busto de Daniel de La Touche, no local que nem era o seu túmulo, nem sua verdadeira efígie. Dali, todos foram para a Catedral Metropolitana assistir à Missa Pontifical concelebrada por todos os bispos do Maranhão.

Às 16 horas, no Estádio Municipal, concentração desportiva de mil alunos com distribuição de prêmios aos vencedores da Maratona Estudantil. Às 17 horas, a Federação do Comércio cedeu sua sede para a solenidade de Fundação da Aliança Cultural Franco-Brasileira, também em homenagem aos 350 anos da cidade, com a presença do Embaixador e sua comitiva, pessoas da sociedade, autoridades civis, militares e intelectuais.

O “ponto alto” das comemorações foi o desfile alegórico. Os organizadores tiveram certa dificuldade em tomar como tema os franceses no Maranhão porque, de fato, o pouco tempo aqui passado só possibilitou o reconhecimento da região e a solidificação das relações amistosas com os nativos. Não tiveram história para contar, além das descrições de Abbeville e D’Evreux. Em um grande tablado construído na Praça Pedro II, apresentaram quadros enfatizando vultos e momentos da história do Maranhão: Daniel de La Touche, Jerônimo de Albuquerque, Invasão Holandesa, Padre Antonio Vieira, Manoel Beckman, A Independência, A Balaiada, A Abolição da Escravidão, figuras da Literatura Maranhense. Finalizando, um carro alegórico em forma de nau desfilou com Daniel de La Touche, o “fundador” de São Luís. Trezentos e cinquenta personagens foram postas na Avenida D. Pedro II, numa tentativa de reconstituição do ato solene da Fundação da Cidade de São Luís mas que na verdade ficou diluída no meio da história do Maranhão.

Depois do belo espetáculo da queima de fogos de artifício, a Comissão Organizadora dos Festejos deliberou realizar um

grande e animado baile para o povo se divertir, no palco levantado no Viaduto. A Banda de Música da Polícia Militar do Estado executou diversos números do seu repertório, tendo o povo se distraído bastante, em ambiente de maior animação.” (O IMPARCIAL, 09.09.1962:1).

Os clubes Grêmio Lútero Recreativo Português, Casino Maranhense e Grêmio dos Sub-Oficiais e Sargentos do Maranhão convidaram a oficialidade do *Acre* para bailes em suas respectivas sedes. Os representantes da Marinha brasileira retribuíram o régio tratamento, homenageando a cidade.

Boa oportunidade para propagandas pelos jornais. A Rede Ferroviária enfatizou seus serviços nos 50 anos de atuação no Maranhão. O Departamento de Estradas de Rodagens se congratulou, elogiando a administração do Governador com a recente aquisição de tratores. O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura mostrou sua atuação no artigo intitulado “*Saudação do Arado e do Trator aos 350 anos de São Luís*”. O comércio também festejou. Autoridades, a alta sociedade, diretores da Willis / Overland do Brasil, clientes e funcionários brindaram com champagne o lançamento dos carros Gordini e Dauphine. Firmas comerciais

associaram-se aos 350 anos da cidade e falaram de seus estoques e preços. O Chefe do Setor Norte do Banco da Lavoura de Minas Gerais se fez presente aos festejos. O Presidente da Associação Brasileira de Imprensa mandou mensagem. A Loja Maçônica *Beckman* proclamou La Ravardière. Agremiações ofereceram bailes aos sócios. Antônio Lopes, baseado em Yves D'Evreux, e Mario Meireles, seguindo a descrição de Abbeville, publicaram artigos em *O Imparcial* recordando a passagem dos franceses em Upaon Açú. No mesmo jornal, Rubem Damasceno faz carta aberta a Newton Pavão dizendo de seus méritos como companheiro de arte e desejando sucesso em sua exposição de pinturas por ocasião do 350º aniversário da cidade. A Federação Maranhense de Desportos ofereceu torneios de Futebol de Salão com troféu *Japiaçu*, de Voleibol Feminino, Torneio Náutico, com troféu *Jeviré*, Corrida Nativa de Flechas com a participação dos índios *Canela*, Corrida de Motonetas e de Bicicletas. O Galo Clube constou do festival esportivo dos 350 anos de São Luís. Filmes franceses foram exibidos ao ar livre e todos esses eventos tiveram a cobertura de jornais, revistas e TV do Rio e de São Paulo, além da divulgação da festa através de selos postais comemorativos dos 350 anos de fundação de São Luís.

Escritores publicaram suas crônicas e poesias dedicadas a São Luís, historiadores baseados nos velhos autores escreveram artigos referentes aos franceses no Maranhão. Muita movimentação para homenagear um homem que

merece um lugar de relêvo na história da cidade... “Nobre fidalgo de França: sobretudo um varão digno da veneração do povo maranhense. A sua figura de sábio e de guerreiro, de administrador e de cidadão de altas virtudes humanas projeta-se sobre os destinos maranhenses como as de um nume tutelar.” (Jornal do Maranhão, 08.09.62: 4)

A elite fez um balanço positivo dos festejos: “*Brilhantes comemorações pela passagem do 350º aniversário de fundação de São Luís.*” Numerosos convidados, tais como os governadores dos Estados do Piauí, Minas Gerais e do Território do Rio Branco; os ministros de Estado da Justiça, da Educação e Cultura e da Aeronáutica; os prefeitos de Belém e Maceió; os reitores das universidades do Pará e do Ceará; o superintendente da SPVEA, o presidente da Academia Paraense de Letras, brigadeiros, generais, dentre outras pessoas ilustres, fato valorizado e assim expresso:

... não podemos deixar de manifestar nossas congratulações do Governo do Estado e à Academia Maranhense de Letras a quem devemos a honra e o prazer, à nossa festa, de tão ilustre e gratos amigos...” (Correio do Nordeste, 08.09.62:12)

Populares entrevistados, ao contrário, pareceram mostrar, no mínimo, um certo desconforto, não vendo mesmo razão para aquela comemoração, uma vez que o progresso da Capital “*é algo monótono*”, ou “*quase nada*”, “*uma maratona, sem escrúpulo e moral, sujeita aos caprichos mais*

indignos de seus homens públicos”, a capital “*da sujeira e dos buracos*”. Três dos onze inquiridos acharam bem organizada e boa a comemoração. Oito preferiam que inaugurassem “*Escolas, Hospitais, etc e não gastando dinheiro com festas efêmeras.*” Criticaram: “*Cegos, aleijados impestam as esquinas da cidade, enquanto isso dinheiro está sendo gasto com frivolidades*”, “*com festas para ricos*”. Mais justo seria gastar “*com atos que viessem favorecer ao povo.*” (Correio do Nordeste, 08.09.62: 12)

A FRAGILIDADE DO MITO

Depois da festa apoteótica de 1962, novo silêncio e o aniversário é lembrado em tímidos artigos, enfadonhos e sem nenhum avanço no conhecimento da história do Maranhão.

Em fins da década de 60, o governo do Estado encomendou ao conceituado artista plástico maranhense Floriano Teixeira um trabalho enfocando a fundação de São Luís. Elaborado em painel tríptico e inspirado na descrição de Claude D’Abbeville, o autor resolveu a questão das diversas cenas, - dos perigos do oceano bravio enfrentado pelas três naus da expedição ao mar calmo acolhedor das embarcações, da majestosa flora e dos animais selvagens predominantes como pano de fundo, dos chefes, subordinados e religiosos franceses a se integrarem ao ambiente nativo e o encontro com os donos de Upaon-Açu – separando os diversos momentos da chegada e ressaltada a elevação da Cruz, através da mudança abrupta das cores prevalecentes em cada instante registrado. Ao pintor foi possível descrever as expressões faciais, as mais variadas: a gravidade do velho guerreiro ao se defrontar com os recém-chegados, a inocência dos curumins, a alegria de jovens nativos ou a sensualidade das mulheres. Atribuiu sentimentos diferentes aos gauleses: altivez, curiosidade, expectativa, insegurança e desafio aos chefes; aventura, esperança e até um olhar lascivo e ganancioso dos subalternos, enfim, como bem disse Carlos Studart Filho,

Eram homens que aceitavam voluntariamente a residência entre selvagens, ou por gosto de aventura ou para fugir à miséria da Pátria. Homens moços, seivosos e incultos, a quem as cortesias rendidas pelo gentio e a satisfação fácil das necessidades corporais davam a alegria de viver que lhes negava a indigência e a obscuridade no torrão natal e afeiçoavam-nos à nova terra. (STUDART FILHO, 1960: 98)

Na tela, o francês é praticamente absorvido pela natureza e pelo gentio. Ao aparato cerimonioso da chegada seguem-se apenas o fascínio e a cobiça das possíveis riquezas e das índias. A obra de Floriano Teixeira termina por acentuar a figura do nativo na “França Equinocial”.

Em 1973, o *Jornal Pequeno*, em seu artigo *S. Luís Palco de Festas Importantes*, registra desfiles de carros alegóricos alusivos à independência do Brasil e “*desfile garboso dos nossos*

estudantes”, grande parada militar da independência, com a participação das unidades militares, colégios, sindicatos, etc... e “*como fecho de ouro do mês de setembro*” o Clube Jaguarema anuncia a *Grande Noite de Destaque* com a presença das Misses Brasil, Minas Gerais, Pará e Guanabara, Parada de Modas e magistral baile. Nenhuma alusão ao aniversário de fundação da cidade. (Jornal Pequeno, 07.09.73: 1)

Em um ano ou outro aparecem pequenos artigos aludindo à fundação, mas o entendimento enviesado vai se cristalizando em fato imemorial, aceito sem possibilidade de indagação. É a afirmação da função social exercida pelo mito, referência da construção narcísica que serviu de âncora para a cidade se ver num espelho imaginário. Não foi encontrado nenhum comentário sobre as festas de 8 de setembro até 1973, ano de comemoração com a inauguração de obras municipais, palestras, artigos e congratulações nos jornais. Em 1976, José Sarney lança o livro *A Cidade* e em 1979, dois artigos são publicados no Estado do Maranhão.

Uma voz que sempre se levantou contra a idéia de atribuir aos franceses a fundação de São Luís foi a de José Moreira. Além de artigos escritos em jornais locais, em solenidade no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, assistida por quase a totalidade dos associados, Moreira proferiu uma palestra desconsiderando os franceses como fundadores e questionando a nobreza de La Ravardière. O *Jornal do Povo* comentando o debate, assim termina:

Tendo em vista as provas documentais evidenciadas na conferência de José Moreira, fruto de um exaustivo trabalho de pesquisa, pode-se afirmar que o verdadeiro fundador da cidade de São Luís foi o brasileiro Jerônimo de Albuquerque, filho de um português com a índia Maria do Espírito Santo Arcoverde, pondo abaixo a tese inicial de que tenha sido o aventureiro francês, La Ravardière o seu fundador. (JORNAL DO POVO, 04.05.1980: 4)

Em 1980, o Prefeito promove o 368^o aniversário da cidade com um desfile estudantil e a reinstalação da imagem do padroeiro São Luís no retorno da COHAB/ANIL. Em 1981, artigos em jornais lembram a data e em 1982 o *Jornal Pequeno* dedica um caderno aos 370 anos. De 1984 em diante a Rádio/TV *Mirante* festeja seu aniversário na mesma data, com espetáculos populares; o *Caderno Alternativo* do jornal *O Estado do Maranhão* publica artigos referentes à história do Estado; competições esportivas, desfiles cívicos, procissão dos orixás, feiras de artesanatos; a Universidade promove o Guarnicê, exposições de artes plásticas, de fotografias, dentre outras realizações; vez por outra, Missas são celebradas, o Prefeito põe flores no Obelisco, militares e estudantes desfilam. Os eventos importantes do ano passam a ser agendados na primeira semana de

setembro. Alumar, Vale do Rio Doce, Prefeitura, políticos, firmas comerciais anualmente saúdam a cidade

A insegurança permanece. Uns reportam-se aos primeiros navegadores, tirando dos franceses a primazia do conhecimento das costas maranhenses, (ELIAS FILHO, 1984:36/39) outros preferem afirmar que a cidade de São Luís originou-se do forte, fundado pelos franceses. (RAPOSO, 1985: 60/65)

O professor Ruben Almeida, mudando radicalmente sua opinião expressada na década de 30, em entrevista concedida ao *Semanão*, contesta José Moreira, afirmando: “*Foi La Touche quem fundou São Luís*”. Na mesma reportagem, Domingos Vieira Filho concorda com a origem francesa da cidade: “*todos os documentos existentes nas bibliotecas, tanto do Brasil, como na Europa comprovam sem deixar nenhuma dúvida, o fato.*” Afirmativa bastante vaga. (*Semanão*, 15.10.1987: 2) Travasso Furtado chegou a dizer que o Palácio dos Leões:

ultrapassa três séculos de existência, desde 1612, quando era um tosco Baluarte, mandado edificar pelo Senhor, de Ravardière, justamente na época em que os franceses se apoderaram desta região.” FURTADO,1987:11)

Na década de 1990, novos ventos favoreceram uma recomposição do mito da fundação francesa, no bojo da revalorização do centro histórico, do título de Patrimônio da Humanidade concedido à cidade pela UNESCO e da comercialização turística.

Por ocasião do 379^o aniversário da cidade, Nonato Masson foi entrevistado e contestou a data da fundação e o nome do fundador, afirmando

que o busto de Daniel de La Touche, hoje em frente da Prefeitura de São Luís foi feito a partir da figura de um cassaco da estrada de Ferro São Luís-Teresina

e La Ravardière está consagrado como fundador de São Luís,

Talvez por ser um som sonoro, nome de fidalgo, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, nome francês e a França era admirada pelos brasileiros, aliás parece ainda ser. Você lê nos programas de turismo, não ouve dizerem no rádio ser São Luís a única cidade brasileira fundada por franceses?” (O Estado do Maranhão, 08.09.91: 1)

O jornalista e imortal da Academia Maranhense de Letras leu Abbeville e percebeu o desvio interpretativo, ridicularizando a invenção da fundação francesa. Atribuiu essa invenção ao fascínio brasileiro pela França e quando falou do orgulho, subtendeu a vaidade. Só não observou que o mito da origem está ligado à idéia de singularidade do maranhense e se constrói no meio da fixação da idéia correlata da *Atenas Brasileira*

Em 1992, a Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão publicou o livro *“Papagaios Amarelos: os franceses na conquista do Brasil*, pesquisa de Maurice Pianzola. No prefácio, José Sarney diria que:

por meandros inexplicáveis do tempo e dos deuses, Jerônimo de Albuquerque Maranhão perdeu a glória dessa vitória. Ninguém a ele reverencia no Maranhão, renasceram para a eternidade os franceses. Deles é que a cidade de São Luís se orgulha, sobre eles é que cria lendas, deforma fatos, e de La Ravardière até o reinventou em bronze, como estátua e fundador”. (SARNEY, In. PIANZOLA, 1992: XVI)

O trabalho de Maurice Pianzola possibilitou detalhar os fatos já conhecidos através dos registros setecentistas. As obras raras e os vários documentos manuscritos inéditos não permitiram, porém, mostrar uma ação mais efetiva dos comandados de La Ravardière no estabelecimento da pretendida colônia. Confirmaram, sim, o trabalho de reconhecimento da região, a maneira amigável como buscaram tratar os nativos, pois do contrário não teriam a necessária ajuda no caso de uma reação portuguesa, o apaziguamento entre tribos inimigas, tudo isso facilitado pela tarefa dos missionários de conversão daqueles infiéis.

No 380º aniversário de São Luís, vários artigos discrepantes foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Um sócio lembrou a *“tentativa da França Equinocial”*, o ato litúrgico marcando a posse da nova terra e *“Assim foi, formalmente, fundada a nossa São Luís, exatamente, a 8 de setembro de 1612”*.(FREITAS, 1993: 26/29) Um segundo escrito justifica o sonho da implantação da França Equinocial, dados os bons negócios feitos pelos piratas franceses, dentre outras afirmativas (PEREIRA, 1993: 61). Outro trabalho engrandece Japi-Açu, representante da

alma maranhense: curiosamente sem limites, vontade de saber, bravura, familiaridade. O pendor para o conhecimento, vocação genuína para o estudo, o amor à poesia, às artes, à religião, que antecede a influência portuguesa e também francesa.” O amigo e colaborador dos franceses, *“O poderoso Japi, um dos fundadores, repetimos, da França Equinocial”*, foi um dos alicerces de *“uma nova civilização”*. (RAMOS, 1993: 61)

A contradição entre a afirmação e a negação do fato é bem expressiva:

Embora tenha sido historicamente a única das capitais brasileiras oficialmente fundada por franceses, São Luís do Maranhão é, na verdade, a mais lusitana de todas as cidades do Brasil.”...Não será exagerado dizer, que inexistente na Ilha do Amor, uma rua, uma avenida, um beco e até mesmo uma simples viela, que não evoque as coisas de Portugal”

“São Luís do Maranhão é, na verdade, um relicário que guarda avaramente lembranças da saga dos portugueses, onde se pretendeu instalar a França Equinocial há exatamente 376 anos passados”. (SOARES, 1996: 93/94)

História deturpada, as palavras sempre escorregando em referência aos fundadores rejeitados. São Luís é “*um relicário que guarda avaramente lembranças da saga dos portugueses*”. O apagar da ação portuguesa se faz a par da imaginação da França Equinocial, sonho abortado dos franceses que se tornaria o mito de fundação.

Ainda na mesma Revista, Olavo Correia Lima, médico, antropólogo e membro do Instituto, se mostra categórico:

Foi o brasileiro Jerônimo de Albuquerque, nosso restaurador, o verdadeiro fundador de São Luís. Fez ele seu primeiro traçado urbanístico; fabricou o primeiro tijolo; levantou a primeira parede; construiu a primeira casa, (Não tuguírio). Portanto, o primeiro a dar nascimento ao urbanismo ludovicense.

Apontando o estilo genuinamente lusitano, lembrou: *Nem mesmo o batavo invasor conseguiu modificá-la, como fez no Recife.* E prossegue falando do “*desleixo do intruso, que em dois anos nada fez de sério, limitando-se a viver com a indiada*” e do heroísmo do português, “*às margens esquecidas do Guaxenduba; da fidalguia, “porque, além da etnialogia nacionalista, é comporvada nos diferentes campos de batalha do Brasil Colonial”; e maior brasão, “aquele acrescentado (Maranhão sem ouvir o Rei) à perenidade da Ciência Histórica Maranhense”* Terminando o corpo do trabalho, afirma: *O único título justo ao francês é o de **frouxo intruso**, que não suportou sequer uns poucos minutos da Batalha de Guaxenduba, local que deve transformar-se em Parque Nacional..* (RIHGM, LXIII, n. 16, 1993:85,87)

Textos setecentistas, uns inéditos e outros já conhecidos, foram reunidos sob o título *Sur la France Équinoxiale* e publicados em 2001, pela Alliance Française de São Luís, em parceria com a Academia Maranhense de Letras. Os documentos inéditos não agregaram nada a mais, porém continua-se falando sobre a França Equinocial. (FORNEROD, 2001)

CONCLUSÃO

O mito gaulês se constituiu em momento de profunda efervescência na definição de traços da nossa identidade e a partir daí passou por momentos desiguais, da magnífica festividade ao esquecimento quase total. As variações fazem parte de uma constituição frágil, em terras onde a memória histórica está apoiada no predomínio da imaginação. A leitura repetitiva e fantasiosa do relato dos capuchinhos afirma a tentativa frustrada da ocupação francesa como um éden originário, em verdadeira mitificação do projeto da França Equinocial. A modificação da interpretação não se

faz por ruptura com uma visão anterior, aparece simplesmente como evidência e assim vai se mantendo entre os historiadores, junto a outro mito definidor, o da Atenas Brasileira. Conservamos essa tradição, nascida de uma situação recente, encorpada com base num passado histórico anterior mal interpretado. Estabelecemos nossa própria história, através de repetições quase obrigatórias, passado forjado e vivo pela insistente reafirmação em livros, nos meios de comunicação e na promoção de festas demagogicamente lucrativas. Vale terminar este pequeno estudo com a aguda observação de Correia Lima sobre os mitos que povoam a história do Maranhão, mas frisando que não resultam simplesmente da falta de pesquisa histórica. No caso em questão, é uma invenção que respondia a necessidades de definição dos traços singulares da nossa formação e hoje volta-se totalmente para os apelos propagandísticos do turismo.

*A História Maranhense é uma das mais descuidadas do Brasil. Vem repetindo-se erros dantanho, sem a devida aferição da Pesquisa Histórica e até pela Crítica Científica. É natural que esteja recheada de **mitos**, a começar pelo da fundação de São Luís, que representa, por sua vez, um dos primeiros passos históricos do Maranhão. Tais mitos ou sonhos públicos são enunciados às inteligências desprevenidas como absolutamente autênticos, seja por jornalistas incautos, e mais gravemente, ao alunado, em obras didáticas destinadas a desabrochar nossos jovens para a Vida e para a Pátria, no que se impõe desabusada revisão, embora com risco de antipatia e o dissabor de ferir tabus consagrados.* (CORREIA LIMA, RIHGM, LXIII, n. 16, 1993: 81)

REFERÊNCIAS

- ABBEVILLE, Claude d'. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão**, 2^a ed. Tradução de Sérgio Milliet, São Paulo, Livraria Martins, 1945.
- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**, 5^a edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.
- ALMEIDA, Rubem. **Japy-Assú**. In. José Ribeiro de Sá Valle, Anthologia Maranhense, Maranhão, Ramos D'Almeida & Cia, 1937.
- AMARAL, José Ribeiro do. **O Estado do Maranhão em 1896**, São Luís, Governo do estado, 1896.
- _____. **Fundação do Maranhão**, Maranhão, Typogravura Teixeira, 1912.
- ARAÚJO, Correa de. **Momentos Históricos da Capital do Maranhão: Marco Comemorativo da Fundação da Cidade**. In. RIHGM, ano I, n. I, dezembro, 1946.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes Históricos**, Florença, Typografia Barbera, 1905, vol 1.
- BETTEDORFF, João Felipe. **Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**, Belém, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990, 2^a edição.
- DENIS, Ferdinand. **Brasil**.
- ELIAS FILHO, Joaquim. **Descobrimento do Maranhão**, RIHGM, vol.7, 1984, p. 37-39.

- EVREX, Yves d'. **Voyage das le Nord du Brésil fait durant les annés 1613 et 12614**, Paris, Leipzig F.Paris, Librairie A Franck, 1864.
- FORNEROD, Nicolas. **Sur la France Équinoxiale**, São Luís, Guilherme Beugnon e Jomar Moraes, 2001.
- FREITAS, Joseth Coutinho. **Os 380 anos de São Luís**, RIHGM, LXIII, n. 16, 1993, p. 27-29.
- FURTADO, Travasso. **O Palácio dos Leões e sua história**, RIHGM, volume 13, 1987, p.11-16.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**, Rio de Janeiro, Livros do Mundo Inteiro, 1863.
- HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**, Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, Tomo I, 4ª edição Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1982.
- HOBSBAWM, Eric.e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1979.
- LEAL, Antonio Henriques. **Locubrações**, Lisboa, Typografia Castro Irmão, 1874.
- LEAL, Pedro Nunes. **O Estado do Maranhão**. In. José Ribeiro do Amaral; 1896.
- LIMA, Olavo Correia. **Dois Controvérsias Científicas**. RIHGM, LXIII, n. 16, abril, 1993, p. 77-88.
- LISBOA, João Francisco. **Apontamentos para a História do Maranhão**, Lisboa, Edtores Luis Carlos Pereira de Castro e Henriques Leal, 1901.
- MACEDO, Eurico Teles de. **O Maranhão e suas riquezas**, São Paulo, Editora Siciliano, 2001.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**, Rio de Janeiro, Fon-Fon/Seleta, 1970.
- MEIRELES, Mário Martins. **França Equinocial**, São Luís, Tipografia São José, 1962.
- MOISÉS, Leyla Perrone. **Vinte Luas Viagem de Paulmier de Gonneville**, 1503-1505, Coleção Fontes da História Catarinense, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará**, Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1987.
- MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão**, São Paulo, Editora Siciliano, 2002.
- PEREIRA, José da Costa Mendes. **A Batalha de Guaxenduba**, RIHGM, LXIII, n. 16, 1993, p. 38-41.
- PIANZOLA, Maurice. **Os Papagaios Amarelos: os franceses na conquista do Brasil**, São Luís, SCEM/Alhambra, 1992.
- PITTA, Rocha. **A História da América Portuguesa**, Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1850
- RAMOS, Clóvis Pereira. **Japiáçu – o principal da Ilha – amigo dos franceses**, RIHGM, LXIII, n. 16, abril, 1993, p. 60-67.
- RAPOSO, Josemar Bezerra, **RIHGM**, vol. 9, 1985, p. 60-65.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1965.
- SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.
- SARNEY, José. **Sol de Ouro Fino em Campo Azul**. In Pianzola, 1992.
- SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão**, São Paulo, Editora Siciliano, 2001.
- SOARES, Luís Alfredo Netto Guterres. **São Luís do Maranhão: a cachopa de quem-mar**.
- SOLTHEY, Robert. **História do Brasil**, Bahia, Aguiar e Sousa Ltda, 1948.
- STUDART FILHO, Carlos. **O Antigo Estado do Maranhão e suas Capitânicas Feudais**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

VALLE, José Ribeiro de Sá. **Anthologia Maranhense**, Maranhão, Ramos D'Almeida & Cia, 1937.
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História do Brasil**, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1962.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Discurso de recepção**. RAML, VIII, set/1950.

DIÁRIO OFICIAL, 06.09.1912; 09.09.1912

Jornal ALMA NOVA, 08.09.1929

Jornal A TARDE, 08.09.1947

Jornal CORREIO DO NORDESTE, 08.09.1962

JORNAL DO MARANHÃO, 08.09.1962

JORNAL DO POVO, 04.05.1980

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, 16.02.1981; 08.09.1991

Jornal O GLOBO, 08.09.1946

Jornal O IMPARCIAL: 07.09.1949; 07.09.1962; 17.04.1983

JORNAL PEQUENO, 08.09.1960; 08.09.1962

Jornal SEMANÃO, 15.10.1987

Revista A FITA, maio/1920

Revista da Academia Maranhense de Letras, set/1950

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, n. 17, 1996, p. 93 a 94